

Câmara regulariza a Estrutural

JOSEMAR GONÇALVES

DEPUTADOS APROVAM FIXAÇÃO DA FAVELA. EMENDA AMPLIA DISTÂNCIA ENTRE LOTES E O PARQUE NACIONAL

Daniella Cronenberg

A invasão de cinco mil barracos e 10 anos de história foi transformada ontem em Zona Habitacional de Interesse Social e Público. O projeto de lei que autoriza a regularização da Estrutural foi aprovada na Câmara Legislativa com 16 votos a favor, sete contra e uma abstenção, em sessão que durou quase quatro horas. Se o projeto for sancionado pelo governador Joaquim Roriz, os 20 mil moradores da favela poderão se fixar definitivamente no local e receber de graça a escri-

tura do terreno onde moram.

Pouco antes do início da votação, que foi encerrada às 20h40, a bancada governista se reuniu para fechar a emenda que iria modificar o projeto original. Ficou acertado que, em vez de 100 metros, a distância entre os lotes e o Parque Nacional de Brasília (Água Mineral) deverão ser de, no mínimo, 300 metros. E que os moradores só terão direito ao lote se preencherem todos os critérios que o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do DF (Idahb) utiliza nos programas do governo. Além disso, a emenda contempla apenas as famílias - os solteiros não terão direito ao lote.

A Câmara tem até uma semana para enviar a redação final do projeto ao governador, que, após o recebimento, deve sancioná-lo ou vetá-lo no prazo máximo de

15 dias úteis. "Foi feito justiça. Nós temos aprovado muitos condomínios e não seria justo dar um tratamento diferente aos pobres", disse o autor do projeto, José Edmar (PMDB), convicto que o projeto será sancionado. "Ele entrou em pauta por um pedido do próprio governador", garante.

Enquanto a direita se organizava para apresentar uma única emenda e aprovar o projeto, os cinco deputados do PT também se reuniram para decidir o voto unânime. Após duas horas de discussão, os indecisos optaram pelo voto contrário ao projeto, e contaram ainda com o apoio dos deputados Rodrigo Rollemberg (PSB) e Renato Rainha (PL). "Queremos resolver o problema da Estrutural, mas é preciso haver um debate mais abrangente", disse o líder do PT na Câmara, deputado Chico Floresta.



MORADORES da Estrutural fizeram questão de lotar a galeria da Câmara na sessão de ontem

Decisão provoca críticas de todo lado Violência marcou local

As reações provocadas pela aprovação do projeto começaram a surgir logo após a votação. A polêmica está na localização da invasão, próxima do Parque Nacional de Brasília, que abriga os mananciais responsáveis por um terço do abastecimento de água da cidade.

Ambientalistas, arquitetos e até representantes do GDF criticam a falta de estudos técnicos da dimensão dos prejuízos causados ao meio ambiente e à própria saúde dos moradores. "Essa aprovação é totalmente absurda", disse a conselheira do Fórum das ONGs Ambientais do DF, Mara Moscovó. "A fixação desses moradores vai prejudicar o Parque Nacional e também os moradores, que têm problemas de saúde porque moram muito próximo ao lixo".

O subsecretário do Meio

Ambiente, Fernando Fonseca, considerou o resultado da votação lamentável. "O Parque Nacional é uma unidade de preservação fundamental para a Bacia do Paranoá", afirma. "Se as ocupações irregulares

continuarem sendo regularizadas como está ocorrendo, em 2010 o Lago Paranoá vai entrar num processo de falência". Fonseca disse ainda que todos - Executivo, Legislativo, Judiciário e sociedade - são responsáveis pela cultura da invasão de área pública visando a regularização.

O projeto aprovado ontem apenas autoriza o governo a regularizar a área.

Mesmo sacionando a lei, o GDF não é obrigado a intervir no local. Para o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sérgio Brandão, isso é mais uma prova de que a aprovação tem como objetivo garantir votos nas eleições do próximo ano. "Isso é uma irresponsabilidade. Às vésperas de um ano eleitoral, os políticos falam o que o

povo quer ouvir, pouco importa se eles vão continuar vivendo em condições subumanas", bradou.

Fazendo coro ao IAB, o Conselho Técnico de Preservação de Brasília, ligado à Secretaria de Desenvolvi-

mento Habitacional e Urbano, se reuniu ontem e decidiu recomendar ao governador que veto o projeto. "Isso descaracteriza o Plano Piloto, é uma aberração", disse um dos conselheiros, o jornalista Carlos Pontes. Apesar de todas as críticas, a bancada governista disse ter votado consciente.

Antes da votação, ao meio-dia, os deputados se reuniram com o presidente da Caesb, Fernando Leite, e tiraram dúvidas. "Ele nos garantiu que é tecnicamente possível instalar a rede de água e esgoto sem atingir os mananciais", disse o deputado Leonardo Prudente (PMDB). Para o seu colega de partido e presidente da Casa, Gim Argello, a decisão foi certa. "Não podemos ficar empurrando essa situação e fingir que ela não existe", afirma.

A história da maior invasão do DF é marcada por episódios chocantes e violentos. No dia 6 de agosto de 1998, um policial militar foi morto com um tiro durante operação de desarmamento. Dois dias depois, o que se viu foi uma tragédia ainda sem culpados, que marcou a vida dos moradores.

Logo após a morte do policial, correu a notícia de que o autor do disparo teria sido um antigo morador da Estrutural, Milton de Sá, filho do catador de papel Roberto dos Reis Filho. No dia 8, homens armados entraram na invasão e mataram três pessoas, incluindo a esposa de Roberto dos Reis Filho, que não resistiu a uma paulada na cabeça. Roberto foi colocado no porta-malas de um carro e torturado para revelar o endereço de Milton.

O catador de papel recebeu dois tiros na nuca, mas

conseguiu sobreviver. Seu filho, entretanto, foi encontrado morto com seis tiros na BR 020. Imagens de uma emissora de TV, que conseguiu registrar uma reunião da PM no mesmo dia, organizando uma operação batizada de Tornado, levantou denúncias de que os assassinatos teriam sido cometidos por policiais militares com desejo de vingança. Oficiais da corporação chegaram a ser indiciados pela Justiça, mas ninguém foi julgado.

Um ano antes, em julho de 1997, outro confronto já havia resultado em vítimas. Na época, o governo aprovou mudanças no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF destinando a área da invasão para instalação de indústrias não poluentes. A tentativa de remoção resultou em mil barracos derrubados e cerca de 30 moradores feridos.

Moradores querem assentamento

JOSEMAR GONÇALVES



Cerca de 800 moradores passaram o dia de ontem em frente à Câmara Legislativa pressionando os deputados distritais para votar a favor do projeto que transforma a invasão em assentamento. Nem mesmo o sol forte que se abateu sobre a cidade durante o dia de ontem intimidou os manifestantes.

A mobilização dos invasores começou por volta das 5h da manhã de ontem com a confecção e a distribuição de bandeiras e faixas de protesto. Às 8h um grupo de aproximadamente 300 pessoas iniciou uma caminhada rumo à Câmara com a certeza da aprovação do projeto de regularização da área. Os demais manifestantes seguiram em dois ônibus fretados pelos líderes dos invasores.

Os moradores formaram duas fileiras e seguiram pela via Estrutural rumo a Asa Norte. O trajeto, de cerca de 12 quilômetros, foi feito em pouco mais de duas horas. A caminhada aconteceu sem protestos e num passo acelerado.

No meio do percurso, nas proximidades do Carrefour Norte, a frente da passeata foi assumida pelo deputado distrital José Edmar (PMDB). O protesto acabou tumultuando o trânsito no sentido Plano Piloto - Taguatinga e Plano Piloto - Sobradinho. Os

manifestantes foram acompanhados por viaturas da Polícia Militar.

Ao chegar à assembléia, os manifestantes foram recebidos com uma queima de fogos e juntaram-se a um outro grupo de moradores que havia pernoitado no local. A presença dos integrantes do Movimento dos Sem-Teto de Ceilândia, que há cerca de dois meses estão acampados em frente à Assembléia Legislativa, não causou nenhum tipo de confusão.

Apenas 150 pessoas conseguiram assistir à votação. Um longa fila se formou num dos portões da câmara e, por pouco, o tumulto não terminou em confusão. Alguns deles chegaram a esmurrar as portas que dão acesso ao plenário.

Do lado de fora, os manifestantes festejaram muito quando souberam que o projeto havia sido aprovado. No entanto, demonstraram grande revolta contra os deputados do PT, que votaram contra o projeto. Um dos líderes dos manifestantes, Valinho Oliveira, chegou a propor que os moradores ponham fogo em carros utilizados por petistas dentro da Invasão. Os moradores prometeram fazer festas durante a semana para comemorar a legalização da área.

A história da invasão

1990 - Os primeiros barracos são instalados entre o Parque Nacional de Brasília e a Via Estrutural. Registram-se 238 famílias, formadas por catadores de papel que trabalhavam no aterro sanitário.

1991 - É apresentado na Câmara Legislativa o projeto de lei do deputado José Edmar (PMDB) criando a Cidade da Estrutural, que abrigaria ainda famílias de Taguatinga e Ceilândia. Aprovado na Câmara, o projeto é vetado pelo governador Joaquim Roriz.

1994 - No final do ano, o então candidato ao governo do DF Cristovam Buarque promete aos moradores da Estrutural que, se eleito, iria regularizar a invasão. Depois da eleição, o número de famílias sobe para 1.500.

1996 - É fundada a Associação Comercial da Estrutural. A entidade conta hoje com cerca de 120 associados.

1997 - Em julho, o governo petista tenta retirar os moradores e inicia o confronto mais violento já ocorrido entre polícia e invasores. A primeira tentativa de retirada, no dia 9, acabou com seis feridos. Outros conflitos terminaram com cerca de 20 pessoas feridas e mais de mil barracos derrubados. A ação da polícia ocorreu após decisão do governo de destinar a área para instalação de indústrias não poluentes, mudança prevista no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF.

1998 - No ano eleitoral, o número de barracos ultrapassa 2.400. No dia 6 de agosto, um policial militar é morto durante uma operação de desarmamento. Dois dias depois, quatro moradores da invasão foram mortos a tiros e outro ficou gravemente ferido. Na época, a polícia militar foi acusada de ter cometido o crime por vingança, mas ninguém até hoje foi julgado.

1999 - No início do ano, o deputado José Edmar apresenta novo projeto como tentativa de regularizar a invasão. Novamente vetado pelo governador Joaquim Roriz.

2001 - A invasão já conta com mais de cinco mil barracos, alguns com energia elétrica instalada, 55 templos religiosos e linhas de ônibus. A terceira tentativa de regularizar a área é apresentada em outubro, novamente pelo deputado José Edmar. Ontem, com 16 votos a favor, sete contra e uma abstenção, os deputados aprovaram a transformação da área em Zona Habitacional de Interesse Social e Público.

PASSEATA sob sol forte para pressionar os deputados